

Recordações a respeito da criação da licenciatura em Tradução-Interpretação da LGP da Escola Superior de Educação de Setúbal

JOSÉ MANUEL CATARINO SOARES

jocatsoares@gmail.com

(Professor coordenador [aposentado] da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal)

Resumo¹

Evocação breve das decisões que levaram à criação do primeiro curso superior de tradutores-intérpretes de Língua Gestual Portuguesa (LGP) em Portugal, assim como do contexto institucional – nacional e internacional – em que ocorreram.

Palavras-chave:

Língua Gestual Portuguesa (LGP), Comunidade Surda Portuguesa, tradução-interpretação, Associação Portuguesa de Surdos (APS), Escola Superior de Educação (ESE), Instituto Politécnico de Setúbal (IPSet)

Abstract

A brief evocation of the decision-making process that gave rise to the first higher education program of Sign Language interpreting in Portugal, along with an evocative account of the institutional context – both national and international – in which it took place.

Key concepts:

LGP (=Portuguese Sign Language), Portuguese Deaf Community, translating-interpreting, APS (= Portuguese Deaf Association), ESE (= Higher School of Education), IPSet (= Polytechnic Institute of Setúbal)

¹ Este artigo foi escrito ao abrigo do anterior Acordo Ortográfico.

1. A licenciatura em Tradução-interpretação de LGP da ESE de Setúbal nasceu de um acordo feito entre o professor José Humberto Medeiros Bettencourt, à época Presidente da Associação Portuguesa de Surdos (APS), e eu próprio, José Manuel Catarino Soares, à época professor-adjunto da ESE de Setúbal. Resultou das muitas conversas que tivemos entre 1990 e 1992. Durante essas conversas pusemo-nos de acordo sobre muitas coisas a fazer em conjunto.

2. Em Maio de 1992, redigimos um protocolo de cooperação entre a Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Setúbal (IPSet) e a Associação Portuguesa de Surdos, onde incluímos tudo o que tínhamos concordado fazer em nome e por intermédio destas duas instituições a que pertencíamos.

Esse protocolo de cooperação foi aprovado pela direcção da APS e pela Direcção de ESE de Setúbal em Junho de 1992.

No seu ponto 2.2, o protocolo diz o seguinte:

2.2. Em particular, a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal entende que as iniciativas a desenvolver com a Associação Portuguesa de Surdos podem e devem constituir um exemplo de cooperação modelar tendo em vista os in-

teresses da população surda portuguesa em domínios tão importantes como os da investigação linguística da Língua Gestual Portuguesa, do multilinguismo e multiculturalismo, da igualdade de direitos e oportunidade de acesso e sucesso escolar das crianças surdas, da formação inicial e contínua de professores surdos, da **formação ou actualização de intérpretes de LGP**, da equivalência de diplomas obtidos em universidade e institutos politécnicos de outros países, e da utilização das novas tecnologias de informação.

O ponto 3 do protocolo diz ainda o seguinte:

3. Nesta conformidade, e tendo presente esta introdução, a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal, designada por ESE Set, e a Associação Portuguesa de Surdos, designada por APS, decidem celebrar um acordo de cooperação com os seguintes objectivos:

a). Promover trabalhos de investigação linguística na área da Língua Gestual Portuguesa e a publicação em conjunto desses trabalhos

b). Definir os planos curriculares e conteúdos programáti-

cos e ministrar cursos:

— De formação de formadores de LGP

— De formação de intérpretes de LGP

c). Cooperar na produção de material audiovisual e impresso destinado a responder aos pontos a) e b)

d). Promover em prazos razoáveis as condições logísticas humanas e materiais necessárias à admissão de alunos surdos nos cursos ministrados pela ESE de Setúbal.

Evidentemente, as partes que realcei a **negrito** são as que mais interessam para os propósitos desta evocação.

Por fim, interessa também destacar o ponto 7 do protocolo que diz o seguinte:

7. Para o cabal cumprimento deste protocolo é constituída uma comissão de gestão de acompanhamento e supervisão cuja composição é assim definida:

A) Em representação da ESE/Set: José Manuel Catarino Soares, professor adjunto do Instituto Politécnico de Setúbal

B) Em representação da APS: José Humberto Medeiros Bet-

tencourt, presidente da Associação Portuguesa de Surdos.

Esta comissão poderá cooptar outros elementos sempre que tal for julgado conveniente.

3. Este ponto 7 do protocolo de cooperação entre a ESE/Set e a APS celebrado em Junho de 1992 é muito importante para a história da criação de licenciatura em Tradução-Interpretação de LGP da ESE/Set, porque foi este ponto que nos permitiu — refiro-me ao professor José Bettencourt e a mim próprio — ficar com carta branca para desenvolvermos todas as iniciativas que entendêssemos serem boas para alcançar os objectivos expressos no protocolo.

4. A primeira iniciativa surgiu logo nos meses seguintes à assinatura deste protocolo de cooperação. A APS candidatou-se ao programa *Horizon* (pt. Horizonte) da União Europeia, com um projecto inédito de formação de nível superior na área da LGP. A candidatura teve êxito e o projecto da APS acabou por ser aprovado e financiado por esse programa da União Europeia (UE). O coordenador deste projecto foi o professor José Bettencourt, que era então, como eu já disse, presidente da APS.

O projecto consistia na formação de nível superior de seis traduto-

res-intérpretes (ouvintes) de LGP — acabaram por ser cinco por razões que não vêm agora ao caso — e de seis professores (surdos) de LGP, a língua vernácula e autóctone da comunidade surda portuguesa. Para levar a cabo esse projecto de formação, a APS seleccionou duas instituições do ensino superior: uma portuguesa (a ESE do Instituto Politécnico de Setúbal) e outra estrangeira (a *School of Education* da Universidade de Bristol, Reino Unido). Esta Universidade, por intermédio do *Centre for Deaf Studies* da sua *School of Education*, foi a primeira instituição do ensino superior do Reino Unido e da UE (União Europeia) a estabelecer um certificado de Estudos Superiores numa língua gestual vernácula (no caso, a *British Sign Language* [BSL]), em 1981, e o primeiro diploma de tradutores-intérpretes de BSL em regime de tempo integral em 1991.

Os alunos portugueses seleccionados, que já tinham tido uma formação propedêutica na APS durante dois anos, dividiram o seu tempo entre Setúbal (na ESE/set), e Bristol (na Universidade de Bristol), de Outubro de 1992 a Julho de 1994. Durante o período de formação, os alunos receberam bolsas de estudos financiadas por um fundo especial do programa *Horizon*.

A equipa docente da *School of Education*, *Centre for Deaf Studies*,

da Universidade de Bristol, para este curso de formação, era constituída pelos professores Jim Kyle (coordenador), Bencie Woll, Clark Denmark, Helen Sutton-Spence, e outros cujo nome não retive. A equipa docente da ESE do Instituto Politécnico de Setúbal para este curso de formação foi constituída pelos professores José Manuel Catarino Soares (coordenador), Luís Souta, José Victor Adragão (actualmente aposentado), Susanne Reichenstein (actualmente aposentada) e Maria do Carmo Vieira da Silva (actualmente professora auxiliar da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa). Para acompanhar os alunos surdos nas aulas em Portugal foi contratada uma intérprete de LGP da APS, a Dra. Maria José Freire, hoje professora da ESE/Set e co-coordenadora da sua licenciatura em Tradução-Interpretação de LGP.

5. Este curso de formação de tradutores-intérpretes e de professores de LGP foi uma etapa importante na criação da licenciatura em Tradução-Interpretação de LGP da ESE/Set.

Em primeiro lugar, porque a parceria da ESE/Set com a Universidade de Bristol ajudou a dar respeitabilidade aos objectivos do protocolo de cooperação celebrado entre a ESE de Setúbal e a APS. Respeitabilidade aos olhos de quem? Não me refiro aos sócios da APS

que viam essa cooperação com a ESE/set com muito agrado e esperança. Refiro-me, isso sim, àqueles elementos que, dentro do corpo docente da ESE/Set, viam com muita desconfiança uma língua, a LGP, de que nunca tinham ouvido falar, e que encaravam ainda com mais desconfiança a ideia de a ESE/Set pudesse vir a fazer cursos de formação que tivessem como núcleo central essa língua. O seu receio, neste último aspecto, era o de ficarem arredados desse processo, por não terem nada de concreto para oferecerem como docentes para o seu desenvolvimento.

Em segundo lugar, a parceria entre a ESE/Set e o *Centre for Deaf Studies* da Universidade de Bristol, permitiu criar um primeiro embrião do corpo docente do que viriam a ser, alguns anos mais tarde, o curso de *bacharelato em Tradução-Interpretação de LGP* (1997), o curso bietápico de *licenciatura em Tradução-Interpretação de LGP* (2000), o curso de *licenciatura em Educação de Infância para a Educação Bilingue da Criança Surda* (2004) e o curso de *licenciatura de LGP* (2010).

Basta ter isto em conta: com o desenvolvimento destes cursos foi-me possível propor com êxito a contratação para o corpo docente da ESE/ Set, (1) de José Bettencourt, professor de LGP (que passou a

leccionar as unidades curriculares de LGP), (2) de Maria José Freire, C.O.D.A.² e intérprete de LGP (que passou a leccionar as unidades curriculares de Teoria e Prática da Tradução e Interpretação de LGP, Ética e Deontologia e Estágio), (3) de Carlos Gonçalves, professor de LGP, um dos seis diplomados do curso de professores surdos de LGP resultante da parceria entre a ESE/Set e Universidade de Bristol (que veio coadjuvar o professor Bettencourt na leccionação das unidades curriculares de LGP), e (4) de Sónia Carvalho, C.O.D.A. e intérprete de LGP, uma das cinco diplomadas do curso de intérpretes de LGP resultante da parceria entre a ESE/set e a Universidade de Bristol e uma das primeiras diplomadas do curso bietápico de licenciatura em Tradução-Interpretação de LGP (que veio coadjuvar a professora Maria José Freire na leccionação das unidades curriculares de Tradução e Interpretação de LGP, Ética e Deontologia e Estágio).

6. Em 1996, o professor Bettencourt e eu chegámos à conclusão que estavam reunidas as condições para propor, ao abrigo de protocolo de cooperação entre a APS e a ESE/Set, a abertura de um curso de

². Sigla e acrónimo de *Child(ren) Of Deaf Adults*, filho(s)/filha(s) ouvinte(s) de pais surdos falantes de uma língua gestual.

bacharelato (3 anos) em Tradução-Interpretação de LGP na ESE/Set. Esta proposta foi aprovada pelo Conselho Científico e pelo Conselho Directivo da ESE/Set. Em **Julho de 1997**, o Ministério de Educação homologava esta proposta (portaria nº542/97). Assim nascia, no ano lectivo de 1997-1998, o primeiro curso superior em Portugal de tradutores-intérpretes de LGP.

7. Em **Setembro desse mesmo ano, 1997**, a Assembleia da República, assumindo poderes constituintes, aprovou, por unanimidade, um aditamento (alínea h) ao artigo 74º da Constituição da República Portuguesa, no qual se reconhecia a existência da Língua Gestual Portuguesa. Em **Julho de 1999**, a Assembleia da República aprovou, por unanimidade, a Lei nº89/99, que define as condições de acesso e exercício da actividade de intérprete de LGP.

8. Estes dois acontecimentos de enorme alcance social levaram-nos a considerar estarem reunidas as condições para dar mais um passo em frente. **Em 1999**, e uma vez mais ao abrigo do protocolo de cooperação entre a APS e ESE/Set, propusemos a abertura de um curso bi-etápico de licenciatura [1ª etapa, com a duração de 3 anos, conducente ao grau de bacharelato + 2ª etapa, com a duração de 2 anos, conducente ao grau de licenciatura] em Tradução-Interpretação de

LGP. Esta proposta foi aprovada pelo Conselho Científico e pelo Conselho Directivo da ESE/Set, e viria a ser homologada, ulteriormente, pelo Ministério da Ciência e do Ensino Superior (portaria nº1520/2002). Assim nascia, no ano lectivo de 2000-2001, a primeira licenciatura em Portugal em Tradução-Interpretação de LGP. Era, como disse, uma licenciatura com uma duração de 5 anos, a duração que considerávamos mais adequada a uma boa formação de um tradutor-intérprete de LGP.

9. Julgo ter dito o essencial sobre a criação do curso de licenciatura em Tradução-Interpretação em LGP da ESE/Set, cujo 20º aniversário os seus coordenadores actuais, os professores Luciano Pereira e Maria José Freire, decidiram, em boa hora, comemorar sob a forma de uma conferência³. Quem tenha interesse em conhecer mais pormenores, em particular sobre os pontos 6 e 7, poderá ler uma entre-

³. Trata-se, de facto, do 20º aniversário, se tivermos em conta que o grau denominado bacharelato desapareceu da nomenclatura oficial com o chamado processo de Bolonha, mas só nominalmente, uma vez que a sua duração (3 anos) é idêntica à do grau que passou a ser designado por licenciatura na era pós-Bolonha. A boa notícia é que o governo actual anunciou, recentemente, que os titulares de licenciaturas com a duração de 5 anos terão o direito de pedir a sua equivalência aos mestrados da era pós-Bolonha. Veremos se não dá o dito por não dito.

vista que dei há uns anos e que nunca foi publicada ⁴.

10. Em jeito de conclusão, permito-me salientar dois aspectos que espero terem ficado patentes na minha exposição. O primeiro é este: foi graças ao protocolo de cooperação celebrado, em 1992, entre a APS e a ESE/Set por iniciativa conjunta dos seus promotores, José Humberto Medeiros Bettencourt e José Manuel Catarino Soares, que foi possível criar a licenciatura em Tradução-Interpretação da LGP e fazer tudo o mais que foi feito na ESE de Setúbal em prol da LGP e da comunidade surda portuguesa. O segundo aspecto, estreitamente ligado ao primeiro, é que tudo o que o meu colega Bettencourt e eu fizemos em conjunto para cumprir os objectivos desse protocolo (e eles foram todos cumpridos), foi feito de comum acordo. Em particular, nunca demos um passo importante na ESE sem nos assegurarmos que tínhamos o apoio da APS.

Por isso, penso que, olhando retrospectivamente para o que foi feito durante os últimos 26 anos neste particular, se pode afirmar que se realizou o voto que expressámos no ponto 2.2 do protocolo de coo-

⁴. Intitulei-a *Combates pela LGP*. Espero que comissão organizadora da conferência possa vir a disponibilizá-la aos interessados, ou sob a forma de uma brochura, ou, se tal não for viável, sob a forma de um ficheiro em formato PDF.

peração (v. página 1 deste texto), a saber: «Em particular, a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal entende que as iniciativas a desenvolver com a Associação Portuguesa de Surdos podem e devem constituir um exemplo de cooperação modelar tendo em vista os interesses da população surda portuguesa...».

José Manuel Catarino Soares

(Professor coordenador [aposentado] da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal)

20 de Março de 2018

Nota curricular

José Manuel Catarino Soares é licenciado em Sociologia, pela Université de Toulouse-Le Mirail, Toulouse, mestre em Análise Social da Educação, pela Boston University, Boston, e doutorado em Linguística pela Université Sorbonne Nouvelle, Paris.

Funções desempenhadas no âmbito dos temas abordados no texto:

— Co-coordenador do *Certificate in Deaf Studies*. Escola Superior de Educação (ESE) do Instituto Politécnico de Setúbal [Portugal]-School of Education of the University of Bristol [Reino Unido] (1992-1994).

— Coordenador do curso de *bacharelato em Tradução-Interpretação de Língua Gestual Portuguesa* (1997-2000). ESE do Instituto Politécnico de Setúbal.

— Coordenador do curso bietápico (5 anos: 3 anos [bacharelato] + 2 anos [licenciatura]) de *licenciatura em Tradução-Interpretação de Língua Gestual Portuguesa*, na era pré- Bolonha, e do seu sucessor unietápico (3 anos) na era pós-Bolonha (2000-2010). ESE do Instituto Politécnico de Setúbal.

— Co-coordenador do curso de *licenciatura em Educação de Infância para a Educação Bilingue da Criança Surda* (2004-2010). ESE do Instituto Politécnico de Setúbal.

— Coordenador do curso de *licenciatura em LGP* (2010-2011). ESE do Instituto Politécnico de Setúbal.